12 — As candidaturas deverão ser dirigidas à presidente da Câmara Municipal de Almada, formalizadas mediante requerimento modelo tipo, disponível no serviço de atendimento ao público do Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça do Professor Egas Moniz, 38-E, na Cova da Piedade, 2800-063 Almada, sendo o mesmo facultado a todos os interessados. Nos requerimentos de admissão ao concurso devem ser especificadas quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais só serão tidas em consideração pelo júri se devidamente comprovadas.

13 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados, dos seguintes documentos:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, devidamente datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, as habilitações literárias, a experiência profissional e a formação profissional detidas;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade actualizado (frente e verso);
- c) Fotocópia do certificado de habilitações, com discriminação da nota final.

14 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei. As candidaturas que não obedecem aos requisitos expressos no presente aviso serão excluídas.

15 — As listas de candidatos e de classificação final serão afixadas no Departamento de Recursos Humanos e esta última, se o número de admitidos for superior a 100, será também divulgada na 2.^a série do *Diário da República*. Os candidatos admitidos serão notificados da data, hora e local de realização dos métodos de selecção, nos termos da legislação em vigor.

16 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

30 de Julho de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa*.

2611038215

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA

Aviso n.º 14 733/2007

Por meu despacho, o funcionário Vicente Nascimento Tavares Cid cessará a 31 de Julho de 2007 as funções de encarregado para as quais tinha sido designado em 12 de Julho de 1996, regressando à sua categoria de origem.

20 de Julho de 2007. — Por delegação do Presidente da Câmara, a Vereadora responsável pela Área de Recursos Humanos, *Carla Tavares*.

2611038516

CÂMARA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO

Aviso n.º 14 734/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º, n.º 1, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que por despacho do signatário e na sequência do resultado do concurso externo de ingresso para preenchimento de um lugar de estagiário da carreira técnica superior (área de direito), torna-se público que será celebrado contrato administrativo de provimento com o candidato Ruben Filipe Fournier Costa Pereira.

30 de Julho de 2007. — O Presidente da Câmara, em exercício, *Luís Elmiro Carreira Mendes*.

2611038132

CÂMARA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Aviso n.º 14 735/2007

Pedido de alteração ao alvará de loteamento do Alto do Vilarinho, lote 3, Carrazeda de Ansiães

Torna-se público que, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública de 15 dias, contados a partir do 8.º dia a seguir ao da publicação deste aviso, relativo ao pedido de

alteração ao lote 3 do alvará de loteamento do Alto do Vilarinho, em Carrazeda de Ansiães, requerido por Manuel Oliveira Monteiro, residente no loteamento do Alto do Vilarinho, lote 3, freguesia e concelho de Carrazeda de Ansiães, na qualidade de proprietário do referido lote.

Finalidade do pedido — aumento da área de implantação do anexo em 49 m².

Dados característicos finais do lote — área total do lote: 555 m²; área de implantação da habitação: 130 m²; área de implantação do anexo: 79 m².

Durante o período de discussão pública, os interessados poderão consultar o processo na Secção Administrativa de Fomento Municipal da Câmara Municipal. Reclamações, sugestões ou informações que possam ser consideradas no âmbito do processo de alteração do alvará do loteamento devem ser dirigidas por escrito ao presidente da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, entregues pessoalmente na Secção de Expediente, das 9 às 15 horas, ou através de *e-mail*: cmcrz@mail.telepac.pt.

1 de Agosto de 2007. — O Presidente da Câmara, *Eugénio Rodrigo Cardoso de Castro*.

2611038388

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES

Aviso n.º 14 736/2007

Concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior estagiário de psicologia

Para efeitos do disposto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea *a*) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 5 de Julho de 2007, se encontra aberto concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior (estagiário), na área de psicologia, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Cinfães.

O concurso encontra-se aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.^a série, nas seguintes condições:

1 — O concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

2 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o preenchimento da vaga referida e caduca com o respectivo preenchimento.

3 — Local de trabalho — área do concelho de Cinfães, sendo o vencimento o correspondente à categoria, nos termos do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, fixado presentemente no índice 321 (€ 1048,87), escalão 1, da carreira de técnico superior, e as condições de trabalho e regalias sociais são as vigentes para os actuais funcionários da administração local.

4 — Requisitos de admissão — só podem ser admitidos ao concurso os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, satisfaçam os seguintes requisitos:

4.1 — Requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- e) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

4.2 — Apresentação de documentos — não é exigida a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais de provimento em funções públicas, bastando a declaração dos candidatos sob compromisso de honra no próprio requerimento, com excepção da alínea *c*), de acordo com o exigido no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98.

5 — Requisitos especiais — licenciatura em Psicologia [alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 8 de Dezembro].